

## **Campanha sobre contrabando de tabaco reacende debate entre economia e saúde** Especialista entende que Indústria é conivente com contrabando

A campanha disparada em horário nobre nas principais redes de televisão do Brasil pelo Fórum Nacional de Combate a Pirataria chamou a atenção da opinião pública, e reacendeu os debates envolvendo as economias do tabaco e a saúde pública.

Na versão dos articuladores do FNCP, o contrabando de cigarro chega a render até 231% de lucro, e a crise econômica e o aumento na tributação fizeram com que as classes C, D e E optassem pelo cigarro contrabandeado, como a Eight e a Classic, que custam, em média, em São Paulo, R\$ 2,40 o maço.

Segundo a entidade, este consumidor ficou sem alternativa com a exigência, por parte do governo brasileiro, do valor mínimo de R\$ 5 para a venda dos maços. Os produtos que estiverem fora desse padrão monetário passam a ser considerados automaticamente ilegais. Estima-se que 37% dos fumantes do Brasil fumem cigarro de contrabando.

O presidente do Idesf, Luciano Barros, afirma que as perdas com o contrabando chegam a R\$ 6,4 bilhões ao ano e o Brasil deixa de arrecadar R\$ 4,5 bilhões ao ano, imposto que seria, por lei, destinado à Saúde, para tratar de doenças relacionadas ao tabagismo.

— O contrabando causa danos ao orçamento da saúde pública, aumento da violência, principalmente nas cidades que fazem fronteira com outros países, prejuízos para a indústria, e ainda oferece uma mercadoria sem a inspeção da Anvisa, que pode gerar ainda mais problemas de saúde para quem o consome.

Por outro lado, pesquisas realizadas pela imprensa digital apontam que mesmo com a extinção da venda ilegal, o consumo de cigarro ainda geraria um rombo de R\$ 5 bilhões aos cofres públicos.

A diretora da ACT, Paula Johns, considera desonesta a tentativa de apontar o cigarro como um problema apenas de evasão de recursos e não como uma questão de saúde pública.

— O lucro líquido da indústria ainda é grande. O que vemos é que os fabricantes de cigarro ficam com o bônus e o ônus é compartilhado com a sociedade. A conta que fizemos foi feita apenas com algumas doenças relacionadas ao tabagismo, porque os custos do cigarro na saúde do País são muito maiores. Contrabando deve ser tratado com medidas contra contrabando e não eliminando medidas que comprovadamente reduzem o consumo, como é o caso da alta do preço.

Para especialistas, o contrabando de cigarro só terá fim quando o Itamaraty tomar medidas efetivas de negociação comercial com o Paraguai, impondo compensações para que a legalidade do produto se torne atraente, uma vez que o contrabando é muito mais lucrativo.

Para Roberto Iglesias, consultor do Banco Mundial e da OMS, afirma que o Governo Federal precisa ter interesse na resolução do problema e acredita que essa displicência se deve à pressão da indústria do cigarro.

— É preciso pressionar o governo paraguaio para que parem de fazer vista grossa ao contrabando. A lógica da negociação comercial prevê compensações, como, por exemplo, dificultar a exportação de outros produtos do Paraguai para o Brasil, caso não colabore para a criação de uma rede legal de exportação. Isso é possível e o argumento é claro: estão prejudicando a saúde pública do País e essa seria uma forma de defender os interesses nacionais.

Iglesias ainda diz que, sem uma negociação comercial efetiva, o policiamento das fronteiras nunca dará conta do volume de contrabando que entra no País.